PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. VITOR VALIM)

Dispõe sobre o exercício de atividades privadas pelos integrantes dos órgãos de segurança pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado o exercício de atividades privadas aos integrantes dos órgãos de segurança pública.

Parágrafo único. O exercício da faculdade inscrita no caput observará o seguinte:

- I não poderá causar prejuízo ao cumprimento das atribuições funcionais do integrante do órgão de segurança pública;
- II dar-se-á com o integrante do órgão de segurança despido de suas prerrogativas funcionais;
- III exigirá comunicação, em formulário próprio, ao superior imediato, informando sobre a modalidade, dias, horários e locais do exercício da atividade.
 - Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode fazer de cego diante da realidade que se impõe no dia-a-dia, com policiais e bombeiros, tanto na esfera estadual como na federal, exercendo atividades privadas.

Embora haja restrições de natureza legal, é perfeitamente compreensível que, em face da parca remuneração, no anseio, por vezes, desespero, de prover melhores condições aos seus dependentes, integrantes dos órgãos de segurança pública sejam compelidos a exercer outras atividades, ainda que clandestinamente.

As estatísticas não são confiáveis e variam muito de Estado para Estado, mas estima-se que mais da metade dos efetivos das nossas polícias dedique-se a atividades paralelas, com o Poder Público revelando inapetência e desaparelhamento para fazer cumprir as leis que regem a atividade policial e vedam o exercício de atividades privadas.

Assim, que nos parecer que, no lugar de prosseguir com esse comportamento de "me engana que eu gosto", que passemos a enxergar os fatos como eles verdadeiramente se apresentam e, diante de circunstâncias assim, possamos produzir uma normatização legal adequada à realidade.

Em função do exposto, sabendo do incontestável mérito desta proposição, esperamos contar com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado VITOR VALIM